



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
CURSO DE PEDAGOGIA**

**A LITERATURA INDÍGENA SOBRE A EDUCAÇÃO INFANTOJUVENIL A
PARTIR DA LEI 11.645/08**

Pedro Manoel da Silva Santos

São Carlos
2023

PEDRO MANOEL DA SILVA SANTOS

A LITERATURA INDÍGENA SOBRE A EDUCAÇÃO INFANTOJUVENIL A
PARTIR DA LEI 11.645/08

Trabalho de conclusão de curso apresentado
como requisito parcial para obtenção do
título de graduação em Pedagogia pela
Universidade Federal de São Carlos.
Orientadora: Professora Dr.^a Maria Iolanda
Monteiro.

RESUMO

Este trabalho, apresenta uma discussão sobre a literatura indígena sobre a educação infantojuvenil a partir da Lei 11.645/08 atrelada a lei de Diretrizes de Base da educação (BRASIL, 1996) que tem como objetivo a formação de professores dos cursos de licenciatura com a temática da obrigatoriedade do estudo da história e cultura indígena nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio. apresentar e explorar a literatura indígena e suas contribuições para educação é uma forma de fortalecer os conhecimentos científicos acerca das obras literárias indígenas. A literatura indígena conversa com os conhecimentos tradicionais e respeita o ser indígena e suas diversidades étnicas. Discutir as contribuições do movimento indígena durante as décadas de 1970- 1990 mapeando os escritores e obras literárias indígenas que surgem a partir do movimento indígena consolidado nos anos 1990 e, que somente nos anos 2000 o movimento literário indígena ganha visibilidade no cenário educacional e começando a ser implementado nas políticas públicas dando voz aos escritores e escritoras indígenas. Compreender e analisar por meio de uma pesquisa bibliográfica as principais obras literárias indígenas para contemporaneidade e como os escritores e obras contribuem para a formação social da sociedade por meio da lei 11.645/08 na formação de um currículo que inclua a diversidade étnica na formação dos indivíduos.

Palavra-Chave: Lei 11.645/08; LBD; Literatura indígena infantojuvenil.

Sumário

1.0 INTRODUÇÃO	7
2.0 A LEI 11.645/08 COMO PROPOSTA PEDAGÓGICA NA EDUCAÇÃO INFANTOJUVENIL	9
3.0 MOVIMENTO LITERÁRIO INDÍGENA PARA CONTEMPORANEIDADE BRASILEIRA	12
4.0 LITERATURA INDÍGENA NA CONTEMPORANEIDADE.....	21
5.0 CONSIDERAÇÕES FINAIS	24
6.0 REFERENCIAS.....	26

APRESENTAÇÃO

Trago aqui, um pouco da minha história, nasci no município de uma pequena cidade no interior do estado de Pernambuco na cidade de Tacaratu, que faz divisa com outras cidades; Jatobá e Petrolândia ambas se encontram dentro da reserva da terra indígena Pankararu, minha comunidade é conhecida como o centro do território indígena conhecida como Aldeia Brejo dos Padres.

Durante processo de escolarização tive a oportunidade de vivenciar diversos tipos de aprendizados nos quais me proporcionou uma visão de mundo, iniciei a primeira fase do processo de escolarização (pré-escola) na comunidade indígena na Escola Pankararus Ezequiel onde estudei apenas o 1º ano. No ano seguinte fui transferido para a escola municipal da cidade de Jatobá onde concluir a pré-escola e fiz o primeiro ano (1ª série), estudei na cidade por 2 anos, ao concluir a 1ª série voltei para escola indígena para concluir o ensino fundamental na escola indígena Dr. Carlos na qual estudei da 1ª aos 9º anos. Como a escola não tinha o ensino médio voltei a estudar depois de muito tempo na escola Pankararus Ezequiel onde fiz apenas o 1º ano do ensino médio.

No 2º e 3º ano do ensino médio voltei a estudar na escola estadual da cidade de Jatobá era uma escola de Referência semi-integral que possibilitou mesclar os conhecimentos curricular de uma educação escolar indígena e educação escolar não indígena.

No ano de 2018 ingressei no curso de Pedagogia matutino, onde passei por um processo de adaptação para entender “aquela nova realidade” de graduando sendo indígena e Pernambucano, no ano de 2020 a universidade foi obrigada a implementar novo sistema de ensino causado pelo *Coronavírus* o Ensino Não Presencial Emergencial-ENPE da universidade da UFSCar durou quase 2 anos isso me obrigou a passar novamente por um processo de adaptação dentro do curso para que pudesse acompanhar as aulas optei ficando na cidade por ter uma estabilidade “melhor” ao acesso da internet.

No ano de 2021 ingressei no Programa de Educação Tutorial-PET Ações em Saúde Indígena no início como não bolsista e em seguida passei a ser bolsista, onde me possibilitou um crescimento profissional dentro do mundo acadêmico em participações em eventos, artigos e livros.

*Nós, povos indígenas,
Queremos Brilhar no Cenário da História
Resgatar nossa memória
E ver os frutos de nosso país, sendo divididos
Radicalmente
Entre milhares de aldeados e “desplazados”
Com nós
Eliana Potiguara*

1.0 INTRODUÇÃO

A literatura indígena tem grandes desafios para se consolidar dentro da sociedade não indígena, apresentar e explorar a literatura indígena e suas contribuições para educação é uma forma de fortalecer os conhecimentos científicos acerca das obras literárias indígenas. A literatura indígena conversa com os saberes tradicionais e respeita o ser indígena e suas diversidades étnicas.

Lei nº 11.645/08 (BRASIL, 2008) assume o papel de tornar obrigatório o estudo da História e Cultura Indígena e Afro-Brasileira, para concretização do processo passa pelas as lutas e organização do movimento indígena que inicialmente começa se materializar durante a década os anos 1970, que se fortalece na década de 1980 e somente a partir de 1990 torna-se evidente, durante os anos 2000 o movimento literário indígena ganha visibilidade no cenário educacional.

Para Da Silva (2016, p. 16) “a literatura indígena desponta na produção acadêmica nacional desde os primeiros anos da década dos anos 2000, instituindo-se como um novo campo do conhecimento que dá voz e vez aos povos indígenas brasileiros”. A questão colocada procura responder, o papel da literatura indígena contemporânea na forma de uma reflexão teórica, no contexto da Lei 11.645/08 sobre a educação infantojuvenil para formação social nas escolas.

O Estudo pretende (1) discutir a Lei de Diretrizes de Base -LDB de 1996 (BRASIL,1996) atrelando à LEI 11.645/08 na formação dos professores nos cursos de licenciatura; (2) discutir o movimento indígena durante 1970-1990 buscando mapear as contribuições e as principais obras literárias que surgem a partir do movimento indígena durante as décadas de 80 a 90; (3) compreender a literatura indígena para contemporaneidade.

Segundo Baniwa (2016, p. 20) afirma que;

A Lei nº 11.645 fortalece as políticas públicas voltadas para os povos indígenas já existentes, e em médio e longo prazo pode ampliá-las, aperfeiçoá-las e mesmo qualificá-las na medida em que torna as questões indígenas e afro-brasileiras mais visíveis e adequadamente mais conhecidas. O desconhecimento ou o falso conhecimento, assim como a indiferença com relação a esses segmentos sociais e étnicos vigentes na sociedade brasileira, sempre foram as principais causas da ausência de políticas públicas coerentes e adequadas a eles. Cidadãos, planejadores e gestores mais bem informados acerca das realidades e demandas dos referidos segmentos sociais terão mais

sensibilidade e compromisso com os seus direitos e mais qualificados para pensar, criar e implementar políticas públicas para eles.

A lei garante e favorece o desenvolvimento de políticas públicas agindo de forma positivamente ao movimento indígena por meio do ensino da História e Cultura Afro-brasileira sendo assim institucionalizar a presença indígena nas escolas e universidades por meio de escritores indígenas como Daniel Munduruku, Graça Graúna, Eliane Potiguara e entre outros escritores que atuam no mercado editorial.

Na disposição da pesquisa apresenta-se três seções. A primeira seção trata-se de um recorte das Leis que acerca para a garantia do estudo da História e cultura indígenas nos documentos nacionais de como autores indígenas fizeram uso da Lei nº 11.645/2008 e busca apresentar como as atualizações da LDB encaminharam para uma inclusão da literatura indígena, e estimulou a produção da literatura indígena brasileira, que garantiu o acesso a obras de autores indígenas desde as pré-escolas aos anos finais do processo de escolarização de das crianças, jovens e adultos.

Na segunda seção apresentar-se como surgiu o movimento indígena durante as décadas de 1980- 1990 onde foi possível identificar o surgimento das primeiras obras escritas por autores indígenas. Nos anos 1990 é marcado pela concretização do movimento literário indígena no Brasil e como a influência do movimento indígena influenciou no mercado editorial e nas políticas educacionais para o acesso além da educação escolar indígena.

Na terceira e última seção apresenta-se a literatura indígena contemporânea na nova sociedade e buscando responder “Quem são os povos indígenas na Contemporaneidade?” e seus desafios para o acesso da sociedade não indígena. A visibilidade do movimento indígena só sendo reconhecida só após à última atualização da lei 11.645/08. Conceito de “indianidade” utilizado por Graça Graúna.

2.0 A LEI 11.645/08 COMO PROPOSTA PEDAGÓGICA NA EDUCAÇÃO INFANTOJUVENIL

Embora à literatura indígena começa a ter visibilidade dentro dos currículos escolares a partir da lei 11.645/08¹ que passa ser obrigatório o ensino da literatura indígena em todas as escolas do território brasileiro, ao ser tornar obrigatório a temática dentro dos currículos escolares em contrapartida observamos que começam a surgir inúmeras pesquisas relacionada à temática indígenas nas escolas. Com a obrigatoriedade, as escolas passam a incorporar a literatura indígena e a interpretar a lei dentro das escolas em forma de conteúdo obrigatório desde as pré-escolas ao ensino básico.

A constituição de 1988 (BRASIL, 1988) assegura aos povos indígenas o direito à uma educação escolar indígena intercultural, bilíngue e diferenciada buscando a reafirmação da identidade étnica e buscando uma reparação histórica do processo de colonização causada aos povos indígenas. A garantia a uma educação escolar indígena não deixou os povos indígenas incerto ao acesso de materiais didáticos carregados de estereótipo, fenótipos e preconceitos construídos pela sociedade não indígenas e que por muito tempo a literatura brasileira retratava aos povos indígenas como seres primitivos, que moram em “Ocas” e que tem cabelo extremamente lisos com olhos puxados, a literatura brasileira romantizou a luta dos povos indígenas e construiu uma sociedade extremamente preconceituosa por muito tempo.

A Lei de Diretrizes de Base-LDB de 1996 (BRASIL, 1996) discute a importância de os currículos implementarem a educação das relações étnico-raciais por meio da lei 9.394/96² Entendendo a importância da contribuição cultural das matrizes afro-brasileira e indígenas para o processo de construção da própria história brasileira dentro dos espaços escolares. Com os avanços nas políticas públicas chegamos à Lei 10.639/03³ que em seguida é alterada pela Lei 11.645/08 que com a obrigatoriedade do ensino afro-brasileiro e indígena, que propõe a entender a escola como um espaço social multicultural,

¹Lei nº 11.645, de 10 março de 2008. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena” Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br>. Acesso em: 26 mai. 2022.

²Promulgada em 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br>. Acesso em: 26 mai. 2022.

³Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br>. Acesso em: 26 mai.2022.

preenchido por diversidades culturais e étnicas. Que obriga as escolas a descolonizar os seus próprios currículos, fazendo se necessário representar a diversidade cultural dentro dos espaços educacionais.

Apesar da existência da Lei 11.645/08, tratando da obrigatoriedade do estudo das populações indígenas do Brasil, ainda encontramos lacunas no processo de escolarização por desinteresse de profissionais da educação ou desconhecimento científico na formação desses professores. Um grande abismo é encontrado nos espaços educacionais, carregados de visões preconceituosas e deturbadadas sobre as culturas dos povos indígenas, concretizadas no imaginário da sociedade uma visão construída na educação básica com termos e conteúdos sobre as culturas indígenas, reforçando os preconceitos raciais a um povo de forma estereotipada e reforçada na literatura brasileira que trazem a temática da questão indígena de forma negativa e excludente os povos indígenas da sociedade.

Na contramão da lei 11.645/08 temos a própria Base Nacional Comum Curricular-BNCC⁴, sendo um documento fundamental explorado pelas licenciaturas tanto no processo de formação ou atuação com professores da rede básica de ensino, de caráter normativo que definem de forma progressiva a aprendizagem e estabelece o que todos os alunos devem compreender ao longo das etapas e modalidades programadas dentro da Educação Básica.

Durante as análises feitas por etapas na BNCC em relação às modalidades programadas o documento deixar a desejar em relação ao conteúdo ou sugestões de como trabalhamos com essa temática, o pouco que encontramos dentro do documento são pareces que indicam que precisamos abordar o ensino da cultura indígena dentro das escolas que fazem com que as escolas busquem reforça os estereótipos romantizados das literaturas que são distribuídas nesses espaços educacionais.

Segundo Edson Andrade “Krenak” (2019) os povos originários criaram dentro do sistema de educação das escolas indígenas metodologias próprias destacadas por ele como “metodologias indígenas”. Classificados em três pontos que fazem parte do seu currículo específico “de ser, de saber e de fazer” sendo fundamentais para o movimento indígena, em suas produções científicas que interligam o saber ancestral ao conhecimento científico como ferramenta do multidisciplinar no ensino e na aprendizagem das crianças indígenas.

⁴ BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.

Os processos de ensino e aprendizagem adotados pelas as escolas indígenas vão além das normativas estabelecidas pela LDB de 1996, ou seja, as escolas interpretam as leis de maneiras específicas de acordo com a sua realidade regional, local e aplicam suas próprias metodologias à sua realidade.

A educação não indígena tem grandes desafios em aplicar a lei 11.645/8 mesmo que assegurada o ensino étnico nas escolas o campo da literatura indígena é algo pouco explorado pela sociedade, diretores e professores e isso faz com obras de autoria indígenas não sejam exploradas por crianças e jovens não indígenas.

O movimento indígena literário indígena e os desafios para consolidação durante as décadas de 80 a 90 e seu contexto histórico na visão de autores indígenas considerados pioneiro do movimento literário indígenas brasileiro.

3.0 MOVIMENTO LITERÁRIO INDÍGENA PARA CONTEMPORANEIDADE BRASILEIRA

A literatura indígena brasileira em 1990 tornou-se um movimento literário indígena onde começou a surgir inúmeras literaturas de autoria indígena de forma coletiva ou individual em sua maioria as obras literárias eram produzidas por grupo de professores indígenas que buscavam suprir as necessidades dos materiais didáticos nas escolas indígenas. Para Daniel Munduruku (2012) o movimento indígena brasileiro nasceu com conjuntura política e social que eclodiu no Brasil a partir de 1970.

Munduruku (2012, p.209) afirma que:

Naquela ocasião, a política indigenista do Governo previa que os povos indígenas deveriam ser integrados pela nação e, conseqüentemente, abrirem mão de suas identidades étnicas, para tornarem-se “apenas” brasileiros. Essa política estava a serviço dos interesses nacionais de desenvolvimentos e integração nacional, que também escondia a intenção de explorar as riquezas presentes no solo e subsolo das terras tradicionalmente ocupadas por nossos povos.

O projeto de governo na época tinha como objetivo exterminar as comunidades indígenas tornando-o os indígenas como “cidadãos brasileiros” com objetivo de se apropriar dessas terras indígenas. Mas durante as décadas de 1975 a 1980 já existia um desejo por parte dos povos indígenas em produzirem obras literárias, esse movimento iniciou-se dentro das escolas nas comunidades indígenas quando iniciou-se o processo de letramento das comunidades indígenas por meio de “necessidade” imposta aos indígenas em se comunicarem na língua portuguesa.

Para a literatura era algo raro encontrar obras de autores indígenas, uma das primeiras obras literária que ganharam destaque e contribuíram para o movimento literário indígena brasileiro foram as obras dos escritores indígenas Firmiano Arantes Lana e Luiz Gomes Lana, indígenas do povo Dasana, que publicavam o livro “Antes o mundo não existia”. O livro dos escritores traz pela primeira vez o cenário brasileiro, narrativas e mitos cosmogônicos do povo Desana.

Todavia, em 1990, o movimento literário indígena começa a ganhar força entre os sujeitos indígenas sendo algo bastante local dentro das comunidades indígenas com autoria coletiva de professores e anciãos que relatava as narrativas e mitos cosmogônico dos seus povos nas escolas indígenas um direito assegurado na Constituição Federal de

1988 no artigo 210, onde surgem as primeiras escolas indígenas para indígenas, possibilitando que cada escola tenha autonomia para inserir dentro do seu currículo a reafirmação da identidade indígena, permitindo que a escola possibilite a educação indígena e a educação escolar indígena, respeitando as particularidade dos povos originários.

A partir do quadro disposto abaixo, sobre as primeiras obras escrita por escritores indígenas durante a década de 70 a 90 possível compreender que apenas cinco autores indígena publicaram livros nessa década sendo apenas uma escritora indígena. O quadro tem objetivo compreender o processo do movimento literário indígena por meio de uma linha do tempo para construir o quadro foi feita uma pesquisa minuciosa para identificar as principais obras literárias.

Quadro 1 - Panorama da literatura indígena brasileira nas décadas de 70 a 90.

Autores	Obras	Ano de publicação	Editora
Eliane Potiguara	Identidade indígena	1975	GRUMIM
Firmiano Arantes Lana e Luís Gomes Lana	Antes o mundo não existia	1ª edição 1980	ISA- instituto socioambiental/ Valer
Kaká Werá Jacupé	Oré awé roiru'a ma: todas as vezes que dissemos adeus.	1994	Triom
Daniel Munduruku	Histórias de índio	1996	Companhia das Letras
Kaká Werá Jacupé	A terra dos mil povos: história indígena brasileira contada por um índio	1998	Editora Fundação Peirópolis

Fonte: elaborado pelo pesquisador.

No panorama presente no quadro 1, registram-se as primeiras autorias indígenas que se destacaram por sua relevância temática de forma nacional. E que foram essenciais para o movimento literário indígenas durante as décadas de 70 a 90.

Em 1975, Eliane Potiguara do povo indígena Potiguara do Rio Grande do Norte-RN publicou o poema “identidade indígena” de Potiguara é considerado por Graça Graúna(2004) ser a primeira obra literária indígena, de autoria feminina de língua portuguesa tendo destaque de forma nacional durante a ditadura militar, driblando a

censura da década de 1975, Potiguara (1989) publicava o livro “A terra é a mãe do índio”, sendo considerada a primeira mulher indígena a publicar uma literatura indígena de autoria, simbolizando um marco para o movimento literário indígena, e tornou-se conhecida por publicar diversas obras entre poesias, ficção e até um manual de alfabetização indígenas do seu povo.

A partir de 1990, começa a surgir o movimento literário indígena, segundo Santos (2022). A literatura indígena surge com duas principais vertentes: a de autoria coletiva e a de autoria individual”. Para Jekupé (2018), a literatura foi o único espaço que se abriu para os povos indígenas, que através da literatura podemos mostrar ao mundo nossos problemas que acontecem no Brasil.

A maior parte do material produzido é destinada ao público infanto-juvenil, uma vez que a literatura indígena busca imprimir uma imagem positiva de si e de suas culturas e diminuir o distanciamento e desconhecimento da sociedade nacional em relação aos indígenas e sua diversidade (SANTOS, 2022, p.11).

As obras literárias escritas em coletivos eram pesquisas biográficas para a educação escolar indígena das aldeias composta por professores indígenas e membros da comunidade, linguistas e, principalmente, por antropólogos não indígenas, o material produzido pelo coletivo ficavam restrito para o ensino e a aprendizagem nas escolas indígenas como ferramenta para (re)afirmação da identidade indígena, já as produções individuais surgem na mesma década e no contexto, mas com objetivo de serem narrativas e cosmologia escritas por indígenas para indígenas.

Segundo Dorrico (2019), as autorias de Kaká Werá e Daniel Munduruku demarcavam o território das artes no Brasil. Sendo considerados os pioneiros do movimento literário indígena e idealizadores do “projeto literário que busca diminuir a distância e o desconhecimento da sociedade envolvente para com os povos originários⁵” que marcavam o início dos anos 2000.

Segundo Dorrico (2018), a literatura indígena brasileira contemporânea está marcada pela atuação dos escritores indígenas. Sobretudo iniciando avanços políticos do movimento indígena, a partir dos anos de 1990, até chegamos em políticas de inclusão para a literatura indígena nas universidades, escolas não indígenas e escolas indígenas.

⁵ DORRICO, Julie. ENTREVISTA [jul. 2019]. Acesso disponível <https://literaturars.com.br/2019/07/01/panorama-da-literatura-indigena-brasileira-entrevista-com-julie-dorrico/>

A leitura da literatura indígena convoca o leitor a conhecer diferentes mundos, culturas, saberes, epistemologias, pensamentos e expressões, não mais pelas vozes e escritas de outrem, de modo extemporâneo, objetivo e neutro, mas a partir de si mesmos, desde si mesmos, para si mesmos e para o outro (DORRICO, 2017, p.109).

A literatura indígena é para as comunidades indígenas a transcrição das cosmologias que passa a ser transcrita e concretizada pela escrita, as produções de autoria coletiva e individual é uma forma de garantir por meio do uso da escrita a própria história, materializando no papel a cultura ancestral.

Segundo Daniel Munduruku (2012) uma das grandes conquistas do movimento indígena foi a Lei 11.645/08 orquestrada pelo mesmo no início dos anos 2000 para que a rede de ensino incluísse a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-brasileira e Indígena no currículo escolar.

No segundo quadro disposto, é realizada uma linha do tempo das principais obras de escritores indígenas no início dos anos 2000, neste quadro apresenta um número significativo de obras, porém, ainda pequeno em relação à população indígena. O quadro 2 foi organizado através da plataforma Wikilivro⁶ Dentro desta plataforma foi feito um mapeamento das publicações publicadas durante os anos de 1996-2023. Buscando compreender as relevâncias das obras produzidas nesse período para o movimento indígena.

Quadro 2 - Panorama da literatura indígena brasileira de 1996 - 2003.

Autores	Obras	Ano de publicação	Editora
Daniel Munduruku	Coisa de Índio	2000	Calis
Daniel Munduruku	As serpentes que roubaram a noite e outros mitos.	2001	Studio Nobel
	Meu Vô Apolinário		
Yaguarê Yamã	Puratiã: o remo sagrado	2001	Livraria Maraca
Olívio Jekupé	O verdadeiro Saci		Panda Book

⁶ Wikilivro é uma bibliografia colaborativa que pretende reunir e listar as **publicações de escritores indígenas do Brasil**. Disponível: https://pt.wikibooks.org/wiki/Bibliografia_das_publica%C3%A7%C3%B5es_ind%C3%ADgenas_do_Brasil

Daniel Munduruku	Kaba Darebu	2002	Brinque-book
Daniel Munduruku	Coisa de Índio-Infantil.	2003	Callis
	O segredo da chuva.		Editora ática
	Você lembra, pai?		Editora Global
	O sinal do Pajé.		Editora Peirópolis
Olívio Jukupé	O verdadeiro saci	2003	Eduel

Fonte: elaborado pelo pesquisador.

O quadro 2 apresenta algumas produções de autorias indígenas que foram publicadas no início dos anos 2000 a 2003 logo após a concretização do movimento literário indígena. Para o fortalecimento da literatura indígena foram criados dois cursos por Daniel Munduruku em parceria com Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil (FNLIJ) intituladas como Concurso Tamoios e Concurso Curumim com a finalidade de descobrir novos escritores indígenas e incentivar as editoras nas produções indígenas.

Os povos indígenas até recentemente tinham a tradição oral como prática dominante. Com o advento da educação escolar indígena, contudo, já é possível encontrar muitas aldeias cultivando a escrita, elaborando currículos junto aos assessores, professores, coordenadores das escolas nas aldeias e nas cidades. Esta nova mudança fez muitos professores e alunos indígenas verem a escrita e a educação escolar como ferramentas de autoafirmação e resistência (DORRICO, 2018, p 213).

Todavia, no ano de 1996 era sancionada a Lei nº 9.394/96 de Diretrizes de Base da Educação-LDB (BRASIL, 1996). Em seu texto final não fazia menção a inclusão da literatura indígena apenas sobre a garantia de uma obrigatoriedade da História e Cultura Afro Brasileira nos currículos escolares.

O quadro 3 faz um recorte das obras literárias produzidas após a Lei 10.639/03 que incentivou a produção literária indígenas no Brasil e que cativou as editoras a buscarem autores indígenas para publicarem obras de suas autorias. Para organizar o

quadro foi realizado um mapeamento em editoras, revistas eletrônicas e livrarias específicas voltadas ao público indígena e não indígena como a Livraria Maracá⁷.

Quadro 3 - Panorama da literatura indígena brasileira de 2004 - 2007.

Autores	Obras	Ano de publicação	Editora
Daniel Munduruku	Crônicas de São Paulo.	2004	Callis
	Um estranho sonho de futuro.		FTD
	Contos indígenas brasileiros.		GLOBAL
	Sabedoria das águas.		GLOBAL
Shirley Djukumã	A onça protetora	2004	
Kanátyo Pataxó	O machado, a abelha e o rio	2005	MEC
Juvenal Teodoro Payayá	Negócios da periferia	2006	Edições século XXI
Daniel Munduruku	Caçadores de Aventuras.		Saraiva Didáticos
	“A onça “.		Caramelo
	O sumiço da noite.		Caramelo
	Parece que foi ontem.		Editora Global
	Histórias que eu vivi e gosto de conta.		Callis
	Cantando piolhos, contando história.		Brinque-book
Olívio Jekupé	Ajudo do Saci	2006	DCL

⁷ A Livraria Maracá é a primeira livraria especializada em literatura indígena do Brasil. Disponível; <https://www.livrariamaraca.com.br/>

Daniel Munduruku	O menino e o pardal.	2007	Callis
	Um sonho que não parecia sonho.		Caramelo
	O homem que roubava horas.		Brinque-Book
	As peripécias do jabuti.		Mercuryo Jovem

Fonte: Elaborado pelo pesquisador.

A primeira LDB de 1996 e atualizada sete anos depois, em 2003, não traz a temática indígena ou a representatividade das contribuições do movimento indígena para sociedade não indígena e indígenas, ambas atualizações excluem o protagonismo indígenas em seu texto desvalorizando a cultura dos povos originários.

Podemos observar que durante a década de 1990 até a última atualização da LDB. em 2003. o movimento literário indígena produziu mais de 60 obras literárias de autorias indígenas. Segundo Baniwa (2016) “somente agora a sociedade brasileira tem a oportunidade de ouvir e ver os povos indígenas falarem sobre si”. Ainda que as políticas públicas para educação sejam excludentes aos povos indígenas, “os inúmeros avanços da ciência ocidental não devem ser descartados, mas criticados em sua maneira de ser, fazer e transformar o mundo” (KRENAK, 2019, p 327).

Em uma entrevista, a escritora Julie Dorrico⁸ (2019) afirma que grande parte dos escritores indígenas escrevem para o público infantojuvenil, que fazem com que esses escritores sejam tratados como quem produz uma literatura inferior.

O quadro a seguir foi elaborado por meio de registro da editora Maracá e pela Wikilivro⁹ projeto criado pelo escritor Daniel Munduruku em 2019.

Quadro 4 - Panorama da literatura indígena brasileira 2008.

Autores	Obras	Ano de publicação	Editores
---------	-------	-------------------	----------

⁸ <https://literaturars.com.br/2019/07/01/panorama-da-literatura-indigena-brasileira-entrevista-com-julie-dorrico/>

⁹ https://pt.wikibooks.org/wiki/Bibliografia_das_publica%C3%A7%C3%B5es_ind%C3%ADgenas_do_Brasil

Daniel Munduruku	A palavra do grande chefe	2008	GLOBAL
	Todas as coisas são pequenas	2008	Caramelo
	Outras tantas histórias indígenas de origem das coisas e do universo		
Daniel Munduruku	O banquete dos deuses.	2009	GLOBAL
Daniel Munduruku	Sobre saberes e utopias	2010	EDITORA UKA
	O Karaíba		EDITORA MELHORAMENTO
	A caveira rolante, a mulher lesma e outras histórias.		GLOBAL
Graça Grauna	Criaturas de Ñanderu	2010	Amarilys
Daniel Munduruku	Histórias que li e gosto de contar	2011	CALLIS
Jaider Esbell	Terreiro de Makunaima: mitos, lendas e estórias em vivência	2012	
,Denízia Cruz	Kariri Xocó: contos indígenas	2014	SESC
Eliane Potiguara	O pássaro encantado	2014	JUJUNA EDITORA
Aline Rochedo	Pachamama: a poesia é a alma de quem escreve	2015	PACHAMAMA
Fernanda	Crônicas ordinárias	2017	Macaéba
Eliane Potiguara	Metade cara, metade máscara	2018	Uka editora
Denízia Cruz	Kariri Xocó: contos indígenas, volume 2	2019	Sesc
Marcia Kambeba	Saberes da floresta	2020	Polen
Marcia Kambeba	O lugar do saber ancestral	2021	Uka editora
Daniel Munduruku	SAWÉ: o grito ancestral	2022	Uka editora

Fonte: elaborado pelo pesquisador.

No ano de 2008 é sancionada a Lei nº 11.645/08 que altera a LDB/96 e LDB/03, onde passa a incluir de forma concentrada a obrigatoriedade da “História e Cultura Afro-brasileira e Indígenas” nos currículos da rede pública e privada. Após muita luta os povos indígenas são reconhecidos pelas suas produções literárias e passam a compor o currículo das escolas de ensino.

Claudionor Renato da Silva (2016, p. 22) sabendo que a literatura indígena é a apresentação da cultura dos povos indígenas brasileiros, sua voz presente e não mais silenciosa, sobretudo, uma voz de resistência e de luta.

A Lei nº 11.645/2008 funciona como uma porta de entrada em muitas escolas. Como ainda não há material apropriado para a implementação da lei, a caravana vem com sua criatividade, sua força e dinamismo romper os muros e as paredes das salas de aulas, das escolas, dos centros comunitários das pequenas e grandes cidades do Brasil (EDSON; KRENAK, 2016, p.346).

Edson Krenak (2016) a experiência de contar histórias nas escolas é uma oportunidade de trazer ou transportar as crianças e os professores a um lugar de não conflito, um lugar onde perspectivas sobre a natureza e a cultura convivem numa relação de respeito.

Munduruku, Franca e Gomes (2019) “Bibliografia das Publicações Indígenas do Brasil” realizaram um levantamento dos registros de outros escritores indígenas que produzem autorias próprias como literaturas indígenas, teses etc. Neste estudo, segundo os autores, existem no Brasil cerca de 44 escritores indígenas e que entre essas apenas 11 escritoras são mulheres indígenas.

O movimento literário indígena foi importante para avançamos tanto nas questões literárias e da visibilidade aos pioneiros do movimento durante a década de 1980 para avançamos para os anos 2000 com políticas de inclusão da literatura indígena. E atualmente percebemos um movimento consolidado e que continuam se expandido alcançando outros públicos em diversos contextos.

4.0 LITERATURA INDÍGENA NA CONTEMPORANEIDADE

Quem são os povos indígenas na contemporaneidade? Surgem muitas dúvidas em relação aos povos indígenas, a mais comum é de enquadrar uma diversidade étnica em um único ser estereotipado criado pela literatura não indígena. O movimento literário indígena está no mercado editorial desde 1990 sendo desvalorizado e pouco explorado pela sociedade por subentender que seja menos importante para formação social da sociedade.

A Literatura Indígena não é nova, mas desconhecida até uns anos atrás. No entanto, se renova e se expande e a cada ano amplia sua visibilidade (RIBEIRO, 2020). A oralidade é primordial na formação de leitores, por isso precisamos entender que a criança, ao adentrar no universo escolar, carrega saberes da cultura na qual estava inserida (DA SILVA, 2020, p. 18). As obras indígenas têm um papel fundamental dentro das escolas, elas em sua maioria são vivências escritas por escritores indígenas que reescrevem a história do seu povo indígena tendo como objetivo quase sempre o público infantojuvenis.

Suas obras falam do universo de cada etnia/povo ou do ameríndio como um todo. Cada autoria apresenta nelas suas formas de viver, ver o mundo, de denunciar as violações de seus direitos, de contar as narrativas e sobre (vivências). É um exercício cotidiano e ampliado da oralidade e do gênero. (RIBEIRO, 2020, p. 77).

A literatura indígena é desvalorizada e pouco explorada pelas as escolas, somente lembrada em “data comemorativa” o antigo 19 de abril marcado pelo dia do “ÍNDIO” que passou por alterações e passou a se chamar “Dia dos Povos Indígenas”. A escola e os professores devem, em sua prática escolar, buscar ações que estimulem a relação entre o saber escolar e esses tantos saberes que os alunos trazem consigo (DA SILVA, 2016, p,18).

Atualmente a literatura indígena faz não só parte de um movimento literário indígena, mas está associada a um projeto político cultural dos povos indígenas. No fortalecimento da construção das escritas dos saberes tradicionais aos saberes científicos.

Os povos originários desde sempre escreveram, cada um com seu formato, materiais e linguagens – desde as pinturas rupestres, às tecelagens, colares, cerâmicas, vestimentas, escudos, armas e utensílios em geral, sobretudo o modo especial pelo qual a palavra manifesta no espaço sagrado da ancestralidade, como, igualmente, a mística das pajelanças e a resistência guerreira são retroalimentadas nas experiências da Literatura Indígena, isto é, na gênese do ethos aborígene. Essas autorias são vozes empoderadas, graças

ao lugar de onde falam, escrevem e têm as suas origens, histórias, culturas, identidades e sobre(vivências) (RIBEIRO, 2020, p 78).

A literatura indígena contemporânea, nos últimos anos, vem ganhando visibilidade, percebemos que o movimento literário indígena tem nomes que trazem as potencialidades dos povos indígenas com escritores pioneiros na literatura brasileira indígena. A literatura contemporânea tem cerca de 55 escritores indígenas que vêm atuando no mercado editorial demarcando o campo da literatura indígena no Brasil.

Os escritores indígenas individuais escrevem pela necessidade de defender sua identidade (ou indianidade), sua cosmovisão, suas tradições, saberes e conhecimentos tradicionais. Escrever é uma forma de eliminar os intermediários e intérpretes indesejáveis, uma forma de mostrar-se e de conviver em igualdade de condições com a sociedade envolvente, manobrando um de seus instrumentos de dominação: a escrita em língua portuguesa (SANTOS, 2015, p. 53).

Para Candido (2004) a literatura é um agente humanizador, uma ferramenta que ajuda o homem a se tornar mais compreensivo e aberto à natureza. Mas percebemos que a literatura indígena dentro das escolas não indígenas quando tratamos de diversidades são carregadas de estereótipos. Uma problemática que conseguimos identificar é a falta de formação acadêmica sobre a lei 11.654 de 2008 por ser uma lei “nova” as matrizes curriculares de cursos de licenciatura passaram por modificações e a adaptasse à nova lei.

Considerando que uma visão estereotipada caracteriza-se pela projeção coletiva (por parte de um grupo cultural) de um conjunto de valores na outra cultura/outro grupo, sem o conhecimento prévio das marcas que efetivamente o constituem, está visão pode ser relacionada a um perspectiva anterior e/ou concomitante ao exercício de empatia (ir no lugar do outro) e anterior ao retorno à própria cultura para realização/ concretização da exotopia promovendo uma duplicação da própria cultura (JANZEN, 2005, p. 65).

A literatura indígena contemporânea para Graúna (2013, p. 15) é “um lugar utópico (de sobrevivência), uma variante do épico tecido pela oralidade; um lugar de confluência de vozes silenciadas e exiladas (escritas)”. Graúna (2013) destaca que o espaço da literatura indígena é um espaço que deve ser ocupado somente por escritores indígenas como sujeitos que narram as suas próprias lutas e suas próprias histórias.

Apesar da falta do seu reconhecimento na sociedade letrada, as vozes indígenas não se calam. O seu lugar está reservado na história de um outro mundo possível. Visando à construção desse mundo, os textos literários de autoria indígena tratam de uma série de problemas e perspectivas que tocam na questão identitária e que devem ser esclarecidos e confrontados com os textos não indígenas, pois trata-se de uma questão muito delicada e muito debatida hoje entre os escritores indígenas (GRAÚNA, 2013, p. 55).

A autora defende o conceito de “indianidade” que é representada pelo fato de os escritores indígenas usarem como assinatura o grupo étnico aos grupos que eles pertencem e sendo reconhecidos como escritores/autores de um determinado povo indígena reafirmando a sua identidade no campo da literatura.

A lei nº 11.645/08 tem o papel e uma política pública de valorização da história e da cultura dos povos indígenas e assume uma micropolítica educacional aos professores sobre a sua formação enquanto docente para um novo cenário para inclusão da literatura contemporânea indígenas.

5.0 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde que ingressei no curso de Pedagogia, tinha uma inquietação sobre o que é ser Professor e, principalmente, em ser um Professor indígena. Durante o curso, a nossa formação é centrada totalmente em conhecimentos e metodologias de autores brancos, conhecidos pelas suas metodologias e contribuições para a educação. Poucas foram as vezes que tivemos contato com autores negros, se já é difícil em conhecer autores negros na formação acadêmica o contato com a literatura indígena é inexistente não por falta de opções, mas será por falta de conhecimento? Existem lacunas entre a literatura brasileira e a literatura indígenas que não chegam na formação dos cursos de licenciatura.

O movimento indígena resiste desde o processo “civilizatório” imposto no período colonial que tinha como objetivo a extinção completa dos povos indígenas ou que acreditavam no processo de aculturação tentando exterminar as comunidades indígenas. Até os anos 70 a branquitude acreditava no desaparecimento dos povos indígenas, mas a partir dos anos 80 percebemos um crescimento na curva demográfica no número de povos e que vem se mantendo constante.

Para Brito, Sousa Filho e Cândido (2018, p. 177) “a literatura indígena no Brasil possui várias histórias”, mais conhecido na literatura indígena está relacionado ao criado e pautado na literatura escolar.

Quanto à literatura, isto é, à promoção da literatura, sobretudo no espaço escolar, vale ressaltar que, desde o surgimento do Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE), em 1997, várias produções literárias que abordam a temática indígena ou incorporam personagens indígenas têm sido selecionadas e incluídas nos acervos que chegam às escolas públicas brasileiras, sendo que algumas dessas obras têm sido objeto de análise de pesquisas que, de uma perspectiva culturalista, examinam as representações dos povos indígenas em produções que chegam às nossas crianças e jovens. (BRANDILEONE; VALENTE, 2018, p 201).

A literatura indígena contemporânea tem se mantido constantemente no mercado editorial de forma eficaz. Podemos destacar Daniel Munduruku com mais de 50 obras literárias e sendo pioneiro do movimento literário indígena desde a sua fundação. Por outro lado, podemos observar que o acesso às obras literárias indígenas ainda são fragilizadas e sofrem uma certa dificuldade em atingir outros grupos não indígenas.

A lei 11.645/2008 colocar em evidência o movimento literário indígena como protagonista, autores indígenas que produzem narrativas, cosmologia, mitos acerca de

suas realidades e vivências por outro lado percebemos que muitos povos indígenas não possuem a sua cultura documentada e seus ensinamentos ainda são repassados pela oralidade.

É suma importância, o debate da literatura indígena na formação social, “a primeira ideia que a maioria dos brasileiros têm sobre os índios é a de que eles constituem um bloco único, com a mesma cultura, compartilhando as mesmas crenças, a mesma língua (SOUZA, 2018, p.184).

Por fim, a literatura indígena não pode ser apenas garantida na lei 11.645/08, mas ser explorada na LDB/96 e no Programa Nacional do Livro Didático (PNLD/2017) tal forma que essas literaturas cheguem nas escolas e principalmente em cursos de formação de licenciatura ampliando cada vez mais os conhecimentos científicos dos povos indígenas para combater os preconceitos e racismo que são reproduzindo por obras que desconhecem o movimento indígena.

6.0 REFERENCIAS.

ANDRADE, Edson Dorneles de. O indígena como usuário da lei: um estudo etnográfico de como o movimento da literatura indígena entende e usa a Lei nº 11.645/2008. **Cadernos Cedes**, v. 39, p. 321-356, 2019.

BANIWA, G.J. dos S. L. A história e cultura indígena no contexto da Lei 11.645/08: reflexos na educação brasileira. *Revista de Educação do COGEIME*, Manaus, v. 25, n. 49, p. 11-23, 2016. <http://dx.doi.org/10.15599/2358-9299/cogeime.v25n49.p.11-23>

BRANDILEONE, Ana Paula Franco Nobile; VALENTE, Thiago Alves. Literatura indígena para crianças: o desafio da interculturalidade. **Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea**, p. 199-217, 2018.

BRASIL (2008). Lei nº 11.645, de 10 março de 2008. Altera a Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, LDB. 9394/1996.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil: texto promulgado em 05 de outubro de 1988. Brasília: Senado Federal, 2013. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm . Acesso em: 06 ago. 2022.

BRITTO, Tarsilla Couto de; SOUSA FILHO, Sinval Martins de; CÂNDIDO, Gláucia Vieira. O avesso do direito à literatura: por uma definição de literatura indígena. *Estudos de literatura brasileira contemporânea*, p. 177-197, 2018.

CANDIDO, A. O direito à literatura. In: _____. *Vários Escritos*. 2ª edição. São Paulo: Duas Cidades, 2004, v. 8, n. 1, p. 14-30, 2016.

DA SILVA, Claudionor Renato. **LITERATURA INDÍGENA, LEI 11.645/08 E A FORMAÇÃO INICIAL DE PROFESSORES EM CURSOS DE PEDAGOGIA**.

DORRICO, Julie et al. *Literatura Indígena brasileira contemporânea*. **Criação, Crítica e Recepção**, 2018.

DORRICO, Julie. A leitura da literatura indígena: para uma cartografia contemporânea. *Revista de Estudos de Literatura, Cultura e Alteridade-Igarapé*, v. 5, n. 2, p. 107-137, 2017.

GRAÚNA, Graça. *Contrapontos da literatura indígena contemporânea no Brasil*. Belo Horizonte: Mazza, 2013.

GRAÚNA, Graça. Identidade indígena: uma leitura das diferenças. **POTIGUARA, Eliane. Metade cara metade máscara. São Paulo: Global. (Série Visões Indígenas), 2004.**

JANZEN, Henrique Evaldo. **O Ateneu e Jakob von Gunten: um diálogo intercultural possível.** 2005. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

JEKUPÉ, Olívio. Literatura escrita pelos povos indígenas. São Paulo: Scortecci, 2009.
MUNDURUKU, Daniel. O caráter educativo do movimento indígena brasileiro (1970-1990). São Paulo: Paulinas, 2012.

POTIGUARA, Eliana. A Terra é a Mãe do Índio. Edição 1ª. Editora GRUMIM, 1989.

RIBEIRO, Aldimaro. Literatura indígena, ancestralidade e contemporaneidade: Vozes empoderadas. Editora FAPERÓ. 2015, p.55.

SANTOS, Jasminny Rodrigues de Costa. O desvelar das identidades indígenas na obra “Ay kakyri tama: eu moro na cidade”, de Márcia Wayna Kambeba. 2022. 107 f. Dissertação (Mestrado em Letras e Linguística) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2022.